



PLANO DE ENSINO 2024

PROFESSOR: JOSÉ MOISÉS RIBEIRO

DEPARTAMENTO: DIREITO PÚBLICO

DISCIPLINA: DIREITO ADMINISTRATIVO

SÉRIE: 4º ANO TURMAS: A e B TURNO: DIURNO E NOTURNO

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 04h/a. HORÁRIA ANUAL: 144h/a.

1. EMENTA

Administração pública: noções preliminares, estrutura administrativa, atividade administrativa, deveres do administrador / agente público, poderes administrativos, uso e abuso de poder, atos administrativos, serviços públicos, agentes públicos, patrimônio público. Da responsabilidade civil ou extracontratual do estado. Do controle da administração pública. Da licitação. Dos contratos administrativos. Da intervenção do estado no domínio econômico e na propriedade privada. Os instrumentos de defesa das garantias dos administrados.

2. OBJETIVOS GERAIS

Oferecer uma formação dinâmica e abrangente com o compromisso ético e profissional proporcionando ao acadêmico uma extensa visão do mundo jurídico e formação humanística e social.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Dar noção genérica e esquemática do sistema administrativo. Dar conceitos estruturais, registrando os princípios básicos para que o aluno possa ter uma ordem de conceitos, de riqueza explicativa para adotar uma atitude analítica e crítica ante as questões jurídicas. Promover a participação e entendimento do aluno para tirar proveito e entender o mecanismo administrativo.

4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Noções gerais – direito público e privado, Conceito de direito Administrativo; relação com os outros ramos do direito e com as ciências sociais.
2. A codificação do Direito Administrativo, fontes do Direito Administrativo, interpretação do direito Administrativo, Principiologia do Direito Administrativo.
3. Continuação da principiologia, Poderes do Estado, Organização do Estado E da Administração.
4. Administração direta e indireta.
5. Aprofundamento nos poderes: administrativo, de polícia, discricionário, vinculado ou regrado, hierárquico.
6. Extensão e limites dos poderes administrativos.
7. Deveres do administrador, seus limites e seus poderes.



8. Deveres e poderes do administrador público. Proibidade e prestação de contas.
9. Uso do poder, uso anormal do poder, abuso de poder. Excesso no uso do poder.
10. Atos administrativos. Conceitos e noções gerais.
11. Classificação dos atos administrativos.
12. Atos administrativos: espécies: normativos, ordinatórios, negociais, punitivos.
13. Serviços públicos. Conceito e considerações gerais. Direitos e deveres do usuário.
14. Serviços públicos. Conceito e considerações gerais. Centralização, descentralização e desconcentração.
15. Agentes públicos: Conceito e classificação. Servidor público, cargo público, regime jurídico, cargos efetivos e de confiança, provimento, vacância, concurso, estágio probatório, vitaliciedade, processo disciplinar.
16. Patrimônio público: conceito, classificação: afetação, desafetação, alienação, aquisição, uso por terceiros (autorização, permissão e concessão), terras devolutas.
17. Responsabilidade civil do Estado (*subjéitiva e objetiva)
18. Responsabilidade Civil do Estado: teoria adotada pela Constituição Federal.
19. Controle de Administração: Noções gerais, conceito, formas e tipos.
20. Controle da administração: interno e externo.
21. Controle Legislativo, Judicial, (comum, especial, atos interna corporis, atos legislativos e políticos.
22. Licitação: Noções gerais e noções restritas. Uso da lei 14133/21 e suas nuances.
23. Modalidades de licitações estudadas com detalhes.
24. Contratos administrativos: conceito geral e natureza jurídica.
25. Contratos Administrativos: interpretação e peculiaridades.
26. Contratos Administrativos: formalização, garantias, execução, inexecução (culposa, sem culpa, causas justificadoras, consequências).
27. Intervenção do Estado (controle de preços, fiscalização, incentivo, planejamento, instituição de paraestatais, controle de preços, repressão ao abuso de poder, controle de abastecimento).
28. Formas de intervenção do estado.
29. Instrumentos de defesa do administrado.
30. Instrumentos de defesa das garantias dos administrados (ação civil pública, ação popular).
31. Instrumentos de defesa das garantias dos administrados (ação anulatória de ato administrativo, mandado de injunção).
32. Instrumentos de defesa das garantias dos administrados (habeas data, habeas corpus).

NOTA: o cronograma poderá ser alterado, conforme necessidades e as avaliações serão incluídas no curso do programa. Elas terão como base ações de verificação, mas não são instrumentos de mera penalização. Todas serão previamente acordadas em sala de aula com antecedência.

5. PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS – METODOLOGIAS ATIVAS

Trabalhar despertando e desenvolvendo o interesse pela pesquisa, para formação do senso crítico e jurídico. Usar aulas expositivas, questionamentos críticos e subjetivos constantes, apresentação e discussão de casos concretos, incentivando a pesquisa, bem como desenvolvendo atividades práticas. Subsidiariamente, serão utilizados artigos científicos, vídeos, áudios e atividades práticas com envolvimento dos alunos e supervisionadas pelo professor. As técnicas de Gv x GO, sala invertida e demais tecnologias ativas serão usadas no decorrer do curso, sem que haja uma mera forma de forçar suas implementações, mas dentro de um contexto jurídico.



6. BIBLIOGRAFIA

I. BÁSICA

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella, Direito Administrativo. Rio de Janeiro – forense, 2016.
MEIRELLES, Hely Lopes, Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2022.

II. COMPLEMENTAR

Carvalho Filho, Irene Nohara, Celso Antônio Bandeira de Melo e outros.

Nota: todos os autores acima são muito importantes e atualizados constantemente.

Responsabilizo-me pelo cumprimento integral deste Plano de Ensino e pelo seu conteúdo.

Franca, terça-feira, 27 de fevereiro de 2024.

José Moisés Ribeiro